

## ESTADO ISLÂMICO: UM FIM?

### ISLAMIC STATE: AN END?

Daniel Lorenzo Gemelli Scandolara <sup>1</sup>

#### RESUMO

Este artigo pretende analisar o caminho e a trajetória histórica do Estado Islâmico (EI), delineando seu processo de criação, ascensão e queda, e demonstrando, ao final, sua realidade atual. À partir disto, são levantadas as causas e erros que levaram ao fenômeno Estado Islâmico, enfocando nos contextos instáveis do Iraque e Síria e à questão dos financiamentos saudita e à posição turca. Desta forma, delimitam-se as formas de combate nesta nova fase em que o grupo está a se inserir, uma vez que um virtual fim do Califado não significa um fim do grupo em si. Ao final, sustenta-se a tese de que o EI é um filho da ocupação do Iraque (2003-2011) por parte dos norte-americanos, assim como um filho indireto da Guerra da Síria e das chamadas proxy wars (guerra de procuração), fenômenos tais que proporcionaram uma fonte de alimento que causou-lhe um fortalecimento sem precedentes.

#### PALAVRAS-CHAVE

Oriente Médio, proxy wars, Iraque, Síria, Estado Islâmico (EI).

#### ABSTRACT

This article intends to analyze the historical path of the Islamic State (IS), outlining its trajectory of creation, ascension and fall, demonstrating, at the end, its current reality. Based on that, causes and errors that led to the Islamic State phenomenon are shown, focusing on the unstable contexts of Iraq and Syria and the issue of Saudi funding and

---

<sup>1</sup>Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Estuda as áreas de Identidade Nacional e Nacionalismo; Política no Oriente Médio e Fundamentalismo Religioso Contemporâneo.

the Turkish position. Thus, the article delimitates forms of combat in this new phase which the group is inserted, as the virtual end of the Caliphate does not mean the end of group itself. In the end, it is argued that the IS is a son of the American occupation of Iraq (2003-2011), as well as an indirect son of the Syrian War and proxy wars, such phenomena that provided a source of food to it and caused its unprecedented strengthening.

## KEYWORDS

Middle East, proxy wars. Iraq, Syria, Islamic State (IS).

## Introdução

É possível dividir a história do Estado Islâmico (EI), dos seus antecedentes -que plantaram sua semente ideológica- aos dias atuais, em três períodos: o período al-Zarqawi, época de estabelecimento do patrono ideológico do EI no Iraque e sua solidificação como jihadista destacado no Oriente Médio; o período pós-Zarqawi e a ascensão do Estado Islâmico propriamente dito, principalmente na figura de Abu Bakr al-Baghdadi; e a criação da coalizão internacional anti-EI, fator que determinou seu declínio a partir de 2015.

Conhecendo estas divisões periódicas pode-se compreender o fenômeno EI como um ciclo clássico criação-ascensão-derrocada, clarificando eventuais dúvidas a seu respeito no âmbito histórico. O levantamento histórico deste trabalho segue tal divisão, rememorando e cristalizando as principais questões internas de cada período, assim como os erros e as causas que provocaram o Estado Islâmico.

Após este breve delineamento histórico (que abarca as três primeiras seções do texto) trabalha-se, especificamente, a atualidade do EI após os esforços mútuos da coalizão e de outras forças do Oriente Médio, apontando as formas de combate neste período de virtual destruição do Califado, uma vez que a “rede EI” continua. Por fim, na conclusão, corrobora-se a tese de que o EI é um fruto direto e indireto, respectivamente, da invasão norte-americana ao Iraque e da eclosão da guerra na Síria, mas adiciona-se a prática das *proxy wars* no Oriente Médio, propalada por países como EUA e Arábia Saudita, como igual causa do fortalecimento exponencial do EI.

## Os primórdios do EI: al-Zarqawi e a al-Qaeda no Iraque

As origens do Estado Islâmico remontam-se a meados dos anos 2000, na figura do notável jihadista jordaniano Abu Mousab al-Zarqawi. Libertado de uma prisão jordaniana em 1999, onde abraçara o salafismo<sup>2</sup> e ingressara em um grupo fundamentalista islâmico

---

2 O salafismo é uma espécie de ramo ideológico do sunismo, que rejeita a modernidade europeia e, sobretudo, a ocidentalização. Além disso, uma pauta presente no salafismo é a reconstituição da Ummah Muslimah (traduzida como “comunidade” ou “nação islâmica”), absolutamente ligada à ideia de Califado

nomeado al-Tawhid, al-Zarqawi moveu-se para o Afeganistão, visando estabelecer lá um princípio de *jihad* para o Oriente Médio. Durante esta época, já nomeado emir do al-Tawhid, al-Zarqawi estabeleceu um campo de jihadistas no Afeganistão, com a complacência da al-Qaeda e do regime talibã (DAMIN, 2015, p. 26-7; NAPOLEONI, 2016, p. 105; NUNES, 2015, p. 59). Aproveitando-se disto, al-Zarqawi formou seu próprio grupo jihadista, o Jund al-Sham, que poucos meses depois foi renomeado “*Jama Jama’ at al-Tawhid wa al-Jihad (JTWJ)*”, ainda em 1999. O JTWJ é visto como o embrião principal do que posteriormente veio a ser o Estado Islâmico, tendo características ideológicas semelhançíssimas às do EI.

O JTWJ, composto majoritariamente por jordanianos e palestinos e que desde seu ano fundacional já praticava atentados terroristas, em meados de 2003 já se encontrava ramificado e organizado no Iraque, precisamente em Biyara, província curda. Em terras iraquianas, o grupo de al-Zarqawi teve destaque em insuflar grupos insurgentes locais contra a ocupação norte-americana que permanecia após a queda de Saddam Hussein, colocando-se como o principal defensor dos interesses da comunidade sunita local. Além disso, tal grupo, principalmente seu líder, nutria uma repulsa profunda aos xiitas, que são maioria no Iraque, praticando diversos atos retaliativos a esta comunidade nas localidades em que dominava. Neste mesmo ano, já era de consciência do Departamento de Estado Norte-Americano a presença dos jihadistas de al-Zarqawi no Iraque, seus planos de destituir o governo interino posto pelos norte-americanos, de destruir os xiitas e minorias iraquianos e de forçar a debandada norte-americana do país, ao implantar um Estado Islâmico no Iraque. Além disso, sabia-se que os laços entre al-Qaeda e JTWJ estavam se fortalecendo e ficando mais íntimos, não sendo surpresa, portanto, quando al-Zarqawi declarou lealdade à al-Qaeda e a Bin Laden em 2004 (DAMIN, 2015, p. 27; NUNES, 2015, p. 60).

Assim sendo, a ocupação norte-americana foi uma causa de atração de jihadistas islâmicos estrangeiros para o Iraque, entre eles al-Zarqawi, que começaram a entrar em solo iraquiano dispostos a combater com violência a presença estrangeira e a expurgá-la deste. Ou seja, ironicamente, foi a própria presença dos Estados Unidos no Iraque que marcou o início das atividades da al-Qaeda neste país, cujo intuito de inserção foi justamente expulsar os militares norte-americanos de terras iraquianas. Não há registros que comprovem o grupo jihadista instalado de fato no Iraque antes da invasão norte-americana, assim sendo que a al-Qaeda no Iraque pode ser traduzida como produto indireto dos próprios Estados Unidos (LEITE; FARIA; PACÍFICO; PACHECO, 2017, p. 62).

---

(ASSAR, 2013, p. 04; NAPOLEONI, 2016, p. 107; NUNES, 2015, p. 56; PINTO, 1996, p. 126-9). Recusada a diversidade teológica, os Salafistas-jihadistas também se baseiam na doutrina Takfir que sanciona a violência contra outros muçulmanos acusados de apostasia e descrença ou infidelidade (kafir) (BUNZEL, 2014; HAFEZ, 2010).

Ao jurar lealdade à al-Qaeda, o JTWJ passou a ser um braço de atuação do grupo de Bin Laden em solo iraquiano, sendo renomeado “Tanzim Qaidar al-Jihad fi Bilad al-Rafidayn” (TQJBR), porém ficando mais conhecido como “al-Qaeda no Iraque”. Cláudio Damin (2015) lembra que, apesar de terem planos diferentes quanto ao processo de implementação do Califado no Oriente Médio, o fato do grupo de Bin Laden e al-Zarqawi comungarem deste mesmo ensejo foi um motivo para sua união. Apesar da junção, vale frisar que as ideias de jihad nutridas por al-Zarqawi, que em pouco tempo tornou-se um dos maiores inimigos caçados pelos EUA no Iraque, não mudaram e são as mesmas que atualmente alimentam a filosofia do EI (DAMIN, 2015, p. 27; NUNES, 2015, p. 60).

Por mais que militarmente falando a invasão norte-americana ao Iraque tenha se traduzido em um sucesso, a seu processo consequente de ocupação não o foi (DANAHAR, 2013). Muitos erros foram cometidos neste processo, a começar pelo fato de que não havia um planejamento de ocupação posterior à destituição de Saddam (BOWEN, 2003). Desta forma, no ínterim que sucedeu a queda do ditador sunita e a passagem de poder aos xiitas, os EUA cometeram o grave erro de dismantelar o exército iraquiano, como parte de uma política de eliminação dos resquícios do Partido Ba'ath. Assim, demitidos e sem perspectiva de futuro, oficiais e mais de 250000 soldados perderam seu ofício. Muitos destes, pouco tempo depois, filiaram-se ao EI, colaborando severamente para o sucesso que o grupo logrou durante seu período de ascensão, uma vez que além de agregarem tática militar profissionalizada à jihad do EI, tais ex-oficiais possuíam um passado de batalhas contra os norte-americanos e conheciam muito bem as táticas inimigas dentro do fronte (CALFAT, 2015, p. 09-14; VISENTINI, 2014).

Contudo, desde julho de 2003, cerca de um ano antes dos incidentes em Fallujah, os Estados Unidos anunciaram a formação de um governo de transição no Iraque, seguindo, portanto, os passos de sua política compromissada ao início da ocupação. A formação deste governo severizou ainda mais os conflitos internos no Iraque, uma vez que formou-se um tal governo de transição composto por lideranças xiitas e curdas, relegando a segundo plano os sunitas (VISENTINI, 2014). Vale lembrar que apesar do Iraque ser um país de maioria xiita, os sunitas detinham o poder político desde 1959, à época que o partido Ba'ath ascendeu ao governo central (CHANG, 2008, p. 32). Desta maneira, relegar a segundo plano uma população que estava acostumada a regalias por quase 50 anos foi um severo erro estratégico por parte dos norte-americanos, acendendo fortíssimos sentimentos de desrespeito e ressentimento no interior da comunidade sunita, propensos ao radicalismo ou ao apoio deste. Tais sentimentos que foram combustíveis perfeitos para a luta segregadora que al-Zarqawi procurava dissipar no Iraque e um sinal verde da comunidade sunita ao seu terror sangrento, travestido de representante e defensor desta.

Aprovadas pelo governo de transição novas Constituição e Lei de Administração do Estado para o Iraque, estabeleceu-se um governo que se autoneameava “democrático, republicano, pluralista e federal” (VISENTINI, 2014) e em 2006 o xiita Nouri al-Maliki assumiu o cargo de primeiro-ministro iraquiano. O fato de ser al-Maliki um xiita

contribuiu para o já forte ressentimento da população sunita do Iraque inflar-se ainda mais e para o discurso de ódio de al-Zarqawi ganhar mais um elemento para propagar sua violência sectária aos xiitas e minorias iraquianas. Assim, em meio a este lócus propício à divisão e à violência comunitárias, em 2006, a al-Qaeda no Iraque passou a agrupar outros grupos jihadistas sunitas, de natureza insurgente, ao seu espectro, fato tal que causou, além de um aumento do grupo e de sua força, uma subida brutal na escalada de violência entre xiitas e sunitas no Iraque, alimentada por al-Zarqawi há anos. É em meio a este severo aumento das agressões violentas entre xiitas e sunitas que o líder al-Zarqawi morre, em um bombardeio norte-americano, próximo à cidade de Baqubah, aos trinta e nove anos. Mesmo falecido, a semente plantada por al-Zarqawi no Iraque estava germinada e sua mensagem, portanto, bem assimilada por seus herdeiros, que seguiram em frente seu legado (DAMIN, 2015, p. 27-8; NUNES, 2015, p. 60).

### **A al-Qaeda no Iraque pós-Zarqawi e a ascensão do Estado Islâmico**

No mesmo ano do falecimento de al-Zarqawi, 2006, seu sucessor na liderança do grupo, o iraquiano Abu Omar al-Baghdadi, juntamente com o nomeado “ministro da guerra” Abu Ayub al-Masri, declarou a criação do *Dawlat al-Iraq al-Islamiyya*, ou Estado Islâmico do Iraque, uma coalisão de grupos que integravam a al-Qaeda no Iraque. Contudo, vale frisar que isso não significou o rompimento do grupo com a al-Qaeda, que continuou intimamente ligada à organização, mesmo com o novo nome (DAMIN, 2015, p. 27-8; NUNES, 2015, p. 60).

Em fins de 2006, e na passagem para 2007, tudo indicava que o recém-autonomeado Estado Islâmico do Iraque estava logrando seu objetivo de estabelecer um Califado no Oriente Médio. A desestabilização da ordem civil iraquiana à partir das represálias aos xiitas estava sendo alcançada (a ponto de se chegar à uma espiral de guerra civil dentro do Iraque), o grupo estava encontrando oportuna facilidade para recrutar jihadistas para sua causa, já tinha em seu bojo o poderio de cidades e seus frequentes atentados terroristas, como o dirigido à Grande Mesquita xiita em 2006, cumpriam seu intuito de desestabilizar o governo provisório norte-americano e o posterior governo al-Maliki e de exercer influência na região (DAMIN, 2015, p. 28).

Deste modo, para o governo norte-americano tornou-se claro que alguma mudança em sua atuação e estratégia militares no Iraque seria necessária caso se quisesse impedir o progressivo sucesso que o EII vinha alcançando. Foi justamente por isso que, em 2007, foi proposto o “Surge”, como ficou conhecida uma proposta, por assim dizer, de tentar reverter o quadro caótico que vinha se desenhando no Iraque. Sendo assim, o Surge foi responsável pelo envio de mais trinta mil soldados norte-americanos para o Iraque, com a missão de conter os avanços do EII e apaziguar um pouco a situação iraquiana. Damin aponta que o Surge foi importante para que o quadro de violência e caos no Iraque começasse, pouco a pouco, a se amenizar, atingindo, portanto, boa parte de seu objetivo (DAMIN, 2015, p. 29).

Contudo, não foi o Surge o fator determinante para o progressivo apaziguamento

da situação social e política no Iraque, este, na verdade, teve um grande “aliado” para lograr seu objetivo, como bem lembra Damin, e que teve início no Iraque antes mesmo do envio de mais soldados norte-americanos para solo iraquiano. Tal “aliado” foi um fenômeno social que eclodiu dentro da parcela sunita da sociedade iraquiana e que foi nomeado “O Despertar Sunita” (DAMIN, 2015, p.29).

A estrita interpretação da sharia imposta nas localidades sob seu domínio, aliada à brutal violência característica do grupo, fizeram com que os sunitas destas localidades se fartassem do EII. O apoio inicial, por conta de vínculos religiosos, foi se arrefecendo e o grupo fundamentalista passou a ser rejeitado pela própria parcela islâmica que jurava defender. Alianças entre oficiais norte-americanos e líderes tribais sunitas foram feitas, fortalecendo ainda mais uma onda que repelia a filosofia dos fundamentalistas salafistas e que, também auxiliada por grupos paramilitares sunitas (como o *Sons of Iraq*) que atuavam em províncias ocupadas pelo EII, obrigou o grupo a recuar. Portanto, o Despertar foi fundamental para que a escalada de violência e o avanço do EII no Iraque fossem contidos, enfraquecendo o grupo severamente (DAMIN, 2015, p.29).

Recuado, entre 2007 e 2011, o EII tentou adequar-se à nova situação em que havia sido obrigado a habitar, lutando para sobreviver diante da proliferação de inimigos, tanto xiitas quanto sunitas, e à rejeição massiva ao grupo por parte da população iraquiana como um todo. Durante este período, o grupo tentou lançar campanhas informativas pelo Iraque, campanhas tais que objetivavam enaltecer sua imagem e recuperar alguma parcela de apoio perdido. Contudo, sua tática principal durante este período de dificuldade foi concentrar seu núcleo dirigente em Mossul, cidade ao norte do Iraque e de maioria sunita, enquanto tentava reverter a situação (DAMIN, 2015, p. 29).

Alguns analistas, como Loretta Napoleoni, acreditam que este período foi tão difícil para o EII que o grupo flertou com a extinção. No caso da intelectual italiana, a salvação do grupo teria sido a eclosão da Guerra Civil na Síria, que abriu uma porta, através da migração de uma parcela de seus jihadistas para solo sírio, para que o grupo apostasse suas últimas fichas na sua sobrevivência. Contudo, esta interpretação é contestável, e como explica Damin, nesta época, o EII já estava começando a se recuperar no Iraque, não necessariamente e decisivamente por conta do início do conflito na Síria, e sim por outros motivos (DAMIN, 2015, p. 30; NAPOLEONI, 2016, p. 84). Contudo, a eclosão do conflito sírio foi fulcral para as pretensões futuras do grupo, pois proporcionou um vácuo de poder absolutamente frutífero para o seu jihadismo. Esta questão, todavia, será melhor explorada mais à frente.

A recuperação e refortalecimento do grupo no Iraque estiveram conexos, sobretudo, aos rumos políticos que o país tomou após a retirada das tropas norte-americanas de suas terras, personificados pelo sectarismo xiita de al-Maliki, e pelo próprio fenômeno da desocupação. A relativa estabilidade política iraquiana alcançada durante os breves anos de 2007 e 2011 durou pouco, muito por conta das atitudes que o primeiro-ministro Nouri al-Maliki decidiu tomar. O primeiro-ministro, após a retirada norte-americana, em 2011, adotou políticas de natureza segregacionista, claramente oprimindo sunitas, curdos, e outras minorias étnicas. Seu governo, até então não propriamente conhecido

por possuir um viés autoritário, passou a sê-lo com excelência, e além de começar a constituir uma elite xiita no poder político do país, passou a reprimir com violência as diversas manifestações sunitas que pipocaram pelo país (DAMIN, 2015, p. 30).

Algumas linhas de análise apontam a saída das tropas norte-americanas do Iraque como um motivo claro para a radicalização xiita do governo al-Maliki, pois sem os norte-americanos ele não mais possuía um poder alternativo presente em solo que lhe fiscalizasse devidamente. Contudo, parece mais plausível acreditar que al-Maliki apenas apresentou-se como um candidato moderado aos norte-americanos no período de transição, mas sempre manteve um viés político-religioso xiita radicalizado, estrategicamente ocultando-o naquele momento. Membro antigo do Partido Islâmico Da'wa, cuja pauta era declaradamente pró-xiita e aliada à cartilha fundamentalista do governo revolucionário do Irã (DAI, 2008), al-Maliki era apenas mais um entre aqueles que lutavam pelo xiismo antiseular e pela instituição de um Estado islâmico no Iraque através do Da'wa. Ou seja, a cartilha do partido em muitos pontos pode se adequar a elementos do fundamentalismo islâmico, principalmente por sua aliança ao governo teocrático iraniano e por alguns atentados perpetrados em embaixadas, sendo, por isso, durante um período, considerado como terrorista pelo Ocidente (Ibidem). Portanto, ao saber destas informações, é menos provável acreditar que al-Maliki era um moderado absoluto que, inexplicavelmente, converteu-se em realizador de uma pesada agenda radical xiita e, conseqüentemente, autoritária.

Além da guinada autoritária de al-Maliki, o outro elemento que é apontado como proporcionador da possibilidade de refortalecimento do EII foi a retirada das tropas norte-americanas do Iraque, em 2011, através ordem do presidente Barack Obama. Por mais que o então presidente norte-americano tenha afirmado que seu desejo era uma saída estável e responsável das forças norte-americanas do Iraque, na prática a realidade foi reversa. Mesmo que a própria invasão do Iraque tenha sido um erro, o contexto já estabelecido de ocupação demandava um maior cuidado quanto os mecanismos nos quais se daria seu fim e precisava ser planejado de maneira responsável. Assim sendo, deu-se pouca importância e atenção às necessidades internas iraquianas, como estabilidade política e religiosa, e o plano de desocupação considerou apenas os interesses internos do governo dos Estados Unidos (FITZGERALD; RYAN, 2014). Destarte, os Estados Unidos falharam ao não considerarem o bem-estar e a segurança da população iraquiana como um todo, uma vez que deveriam ter pesado na balança a possível desestabilidade religiosa que sua saída, em momento inadequado, poderia causar. Além disso, pecaram ao não perceberem as tendências autoritárias e sectárias de al-Maliki. Aparentemente, a ocupação deveria ter se estendido por mais algum tempo até que estas realidades estivessem garantidas (Ibidem). Adiciona-se que, para alguns, a retirada das tropas norte-americanas do Iraque em 2011 favoreceu o EI no sentido reestruturizador, uma vez que durante tal acontecimento o grupo jihadista encontrava-se desestruturado e a ausência das tropas permitiu-lhe se refazer e a não enfrentar dificuldades que seriam normais face à uma eventual presença norte-americana (SANTOS, 2017, p. 189).

Aproveitando-se destes dois acontecimentos, o EII alimentou-se da nova situação de instabilidade política e descrença no governo central, naturais de tais episódios, e tratou de “renascer”. Assim, suas pautas sunitas voltaram a circular com mais força e o apoio ao grupo, que voltava a ser visto como uma alternativa ao quadro deprimente da política iraquiana, foi aumentando, pouco a pouco (DAMIN, 2015, p.30; LEITE; FARIA; PACÍFICO; PACHECO, 2017, p. 63).

Vale ressaltar que nesse ínterim, houve uma mudança de comando no EII que foi decisiva para o grupo ser o que é hoje. Seus dois grandes nomes influentes à época, Abu Omar al-Baghdadi e Abu Ayub al-Masri, foram mortos, em 2010, por conta de um ataque dirigido por forças norte-americanas e iraquianas à localidade em que ambos se encontravam. Isto abriu um novo vácuo no comando do EII, permitindo a ascensão de uma nova figura, um novo líder: Abu Bakr al-Baghdadi. Nascido no Iraque e liberto depois de um ano numa prisão iraquiana, por ser considerado pacífico pelos norte-americanos, al-Baghdadi filiou-se ao EII em 2006 e ainda hoje se mantém como líder do grupo, sendo decisivo para os rumos adotados pelo EII após 2010, que foram, posteriormente, benéficos, como a ruptura com a al-Qaeda e a expansão para a Síria (DAMIN, 2015, p. 30; NUNES, 2015, p. 60; WEISS; HASSAN, 2015).

Aproveitando-se dos contextos de instabilidade sírio e iraquiano, assim como o revanchismo sunita<sup>3</sup> nos dois países, o EIIL logrou rápida expansão e apoderamento de territórios. Vale lembrar, que faz parte da ideologia do EI a necessidade de posse de territórios como projeto político, sendo o único grupo de natureza jihadista na história a deter vasta extensão territorial (NAPOLEONI, 2016). Diante do despreparo do exército iraquiano, além de sua corrupção e deserção em massa, o EIIL conseguiu anexação em tempo recorde de terras iraquianas, assim como na Síria, cujo governo não lhe deu a devida atenção, concentrado no contexto da Guerra da Síria (COCKBURN, 2015).

Estabelecidos um poderio de territórios, uma jihad em pleno curso, um fortalecimento ascendente, poucos dias depois de tomar Mossul o EIIL sentiu-se à vontade para proclamar a criação de um Califado, imperado pelas leis estritas da sharia nas regiões ocupadas, através de um documento, confeccionado pelo próprio EIIL, nomeado “Esta é a Promessa de Alá”. Assim sendo, al-Baghdadi foi nomeado califa, o grande sucessor do Profeta, líder religioso dos muçulmanos de todo mundo e que deveria manter a coesão da Ummah. Aliás, segundo o documento divulgado pelo EI, al-Baghdadi possui ascendência direta da família do Profeta. O documento também estabeleceu que a partir daquela data, o grupo não mais se chamaria EIIL, e sim somente seria conhecido como Estado Islâmico (EI), com sede na cidade síria de Raqqa (DAMIN, 2015, p. 31; FUJII, 2015, p. 01; NUNES, 2015, p. 61). Este foi o período mais áureo e mais promissor do EI, cujo poderio encontrava-se com tamanha consistência que cogitou dirigir-se a Bagdá (COCKBURN, 2015). Período tal que se transmutou na posse de 35% do território

---

<sup>3</sup>O revanchismo sunita na Síria explodiu no contexto de eclosão da Guerra da Síria em 2011, fortificado por um longo período de marginalização desta comunidade por parte da família alauíta Assad.

sírio, controlando 60% do petróleo do país, e de 70% do iraquiano, incluindo regiões petrolíferas consideráveis ao norte (com destaque à zona de Kirkuk) (FAYAD, 2014; LEITE; FARIA; PACÍFICO; PACHECO, 2017, p. 63).

### **A coalizão internacional anti-EI e os papéis difusos saudita e turco**

Em consequência a tamanhas vitórias do EI, em setembro de 2014 foi formada uma grande coalizão de países ocidentais e árabes com o intuito de combater e enfraquecer o grupo. Liderada, basicamente, por países como Estados Unidos, Rússia, França e Reino Unido, mas também composta por países de maioria islâmica como Bahrein, Jordânia, Qatar, Arábia Saudita, Turquia, Irã e Emirados Árabes Unidos; a coalizão totaliza 64 participantes, que, por interesses distintos, têm a tática de desestruturar o EI a partir de ataques aéreos às suas instalações (TOMÉ, 2015, p. 137).

A grande coalizão, entretanto, é apenas uma das partes que lutam contra o EI, que ao longo dos anos, através de seus atos e ideologia, reuniu muitos inimigos, e esta necessita do apoio terreno de tropas, representadas, principalmente, pelos exércitos nacionais sírio e iraquiano. Com maior destaque, existem, também, forças militares regulares de países árabes lutando contra o grupo, sem contar a atuação de milícias xiitas (apoiadas, principalmente, pelo Hezbollah), sunitas (que não compactuam com o extremismo do grupo), e das forças armadas curdas da Síria e do Iraque todos reunidos em frente de batalha contra o EI (CALFAT, DAMIN, 2015, p. 26; 32; NUNES, 2015, p. 65-8). Unindo estas duas frentes de combate, os países ameaçados pelo extremismo destruidor do EI criaram uma aliança poderosíssima rumo a um sucesso no combate ao grupo, e já na metade de 2015, portanto menos de um ano após a criação da coalizção, o Departamento de Estado norte-americano divulgava que o EI controlava 25% menos terras no Iraque (TOMÉ, 2015, p. 137).

A importância aqui, portanto, flutua no fato de que EI construiu, ao longo destes anos, uma gama grande de inimigos e, apesar de ainda manter departamentos em países como Líbia e Argélia e alianças com uma porção de grupos fundamentalistas islâmicos de menor proporção (como, por exemplo, o Boko Haram), o grupo de al-Baghdadi está muito mais ameaçado do que resguardado (DAMIN, 2015, p. 26; 32; TOMÉ, 2015, p. 140-1). Ademais, o próprio jihadismo internacional é consideravelmente contrário ao EI, cuja inclinação radical lhes distanciou, mesmo nos casos de familiaridade salafista mútua. Ou seja, o EI cometeu o erro crasso de se isolar dentro da própria comunidade sunita e de se descolar da cartilha do jihadismo pregada pelos demais grupos salafistas, passando a ser considerado mais inimigo que amigo. Além disso, o EI aparenta ter confundido demais acontecimentos e interesses políticos com sua própria ideologia religiosa, assumindo-a como apenas a única correta, e provocando fricções dentro do movimento salafista; afinal, o Califado nunca aceitou flexibilizar-se e demandava submissão de qualquer outro muçulmano do mundo (TOMÉ, 2015). Pode-se vincular que o EI tenha acreditado demais do no seu potencial durante certo período, o que se exemplifica pela atitude de romper com a al-Qaeda e consequentemente “ganhar” um

dos maiores grupos jihadistas da história como inimigo. O EI repetiu o erro de seus antepassados que provocaram o Despertar Sunita e isolou-se dentro da comunidade sunita, algo que pode levá-lo à ruína, pois sem apoio amplo de um grupo social significativo não é possível ter relevância ou força política.

O salafismo do EI causou-lhe, também, outra causa fulcral de seu enfraquecimento em franca ascensão, uma vez que lhe compeliu a perseguir, a retaliar e a eliminar a comunidade xiita do Iraque e da Síria. Mesmo que extremamente minoritária no Islã, a corrente xiita possui amplos recursos políticos e materiais que lhes credencia a ser uma potência, simplesmente pelo fato do xiismo ser o ramo islâmico do Irã, por exemplo; não eliminando, também, a relevância dos outros dois membros do “Cinturão Xiita”<sup>4</sup> neste contexto. Destarte, perseguindo os xiitas, o EI atraiu a atenção dos xiitas detentores do poder no Oriente Médio e jogou-lhes contra si, assim como criou uma guerra contra os próprios grupos fundamentalistas xiitas, exemplificados, por excelência, pelo Hezbollah.

Desta forma, atacado por todos os lados, não havia forma do EI não começar a ruir. Até porque hoje nenhum país mais o apoia, e a fonte de financiamento escuso de outros países sunitas cessou (TOMÉ, 2015, p. 137). Os financiamentos e colaborações indiretas (financeiras ou não) revelaram-se posteriormente extremamente significativos para o EI durante seu período ascendente e áureo, pois lhes permitiu acesso e aporte material para consecução de sua jihad. É esta uma questão absolutamente relevante a ser discutida, pois traz à discussão a seriedade por detrás das ações perpetradas por países como Arábia Saudita, Qatar e Kuwait e Turquia, em suas respectivas políticas externas voltadas para o Oriente Médio.

Estes três primeiros países, de significativa maioria sunita, são apontados como financiadores de longa data do jihadismo internacional sunita e, no caso do EI, foram seus maiores contribuintes financeiros (COCKBURN, 2015). Contudo, os casos da Arábia Saudita e da Turquia são os mais notáveis e estudados de todos, uma vez que são países que possuem uma constante contradição inerente em suas ações voltadas à comunidade árabe. Um dos maiores aliados norte-americanos no Oriente Médio já há algum tempo, o reino saudita, apesar de fazer parte da coalizão internacional anti-EI desde seu princípio, propaga uma ideologia radicalizada do Islã sunita para o mundo, especialmente no Oriente Médio: o *wahabismo* (Ibidem).

Considerada uma corrente interna do salafismo, o wahabismo predica dos mesmos valores extremistas e fundamentalistas tipicamente salafistas, com apenas algumas diferenças pequenas, e possui magnitude maciça na Arábia Saudita e nos outros países do Golfo acima citados, sendo a corrente religiosa do sunismo adotada pela Casa de Saud. Por estas afinidades ideológicas com o EI, aliada ao um projeto externo de expansão de sua doutrina para os outros países do Oriente Médio, a Arábia Saudita financiou os jihadistas de al-Baghdadi desde seu princípio (MOGHADAM, 2008, p.95).

---

<sup>4</sup> Como se nomeia a “união” os três países em que o xiismo detém o poder político: Síria, Iraque e Irã (Irã e Iraque são países de maioria xiita, enquanto a Síria é governada pelos alauítas (ver nota nº 2), mesmo tendo maioria sunita).

Este projeto de expansão ideológica do wahabismo por parte da Arábia Saudita sempre esteve atrelado à particular disputa por hegemonia político-religiosa que o reinado travou com Irã no Oriente Médio, com ambos engajados a pavimentar e a expandir suas correntes islâmicas diametralmente opostas ao longo da região. Desta maneira, sempre temendo e ojerizando uma possível propagação do xiismo como um todo, mas em principal a partir do Irã, os sauditas concentraram-se em direcionar seus investimentos a governos<sup>5</sup> e a grupos fundamentalistas sunitas, wahabistas ou não (FUJII, 2015, p. 08). A eclosão no conflito na Síria apenas fortificou ainda mais o antigo desejo da Arábia Saudita de retirar Assad do poder, de modo que os investimentos nos grupos e grupelhos sunitas anti-Assad, assim como nos de cunho jihadista, intensificou-se ainda mais, algo que certamente favoreceu o EI (Ibidem).

O reino dos Saud jamais admitiu vinculação ou financiamento de qualquer natureza a jihadistas ou ao EI, mas mesmo que não existam provas que o vincule diretamente ao grupo de al-Baghdadi, sabe-se que a grande maioria dos financiadores privados do EI são cidadãos sauditas (FUJII, 2015, HALL, 2015). É algo que levanta suspeitas, ainda mais porque o governo saudita foi seguidamente apontado como conivente a estes cidadãos (Ibidem). Além disso, outro fator que sempre provocou curiosidade e desconforto nesta análise é que a maioria dos jihadistas que compuseram as fileiras do EI, em seu período de maior recepção estrangeira, veio da Arábia Saudita (cerca de 7.000 documentados) (COCKBURN, 2015; TOMÉ, 2015, p. 139).

A postura saudita contrária e aversiva ao Estado Islâmico tornou-se pública tardiamente e apenas ocorreu quando o governo começou a ser alvo declarado do jihadismo do grupo e notou-se o fluxo crescente de filiados adentrando e retornando para a Arábia Saudita (COCKBURN, 2015). Todavia, os financiamentos e apoios escusos já haviam sido perpetrados, o EI já havia crescido em proporções abismais, e não existia mais forma alguma de apagar este passado.

No caso turco, existem algumas contestações a respeito de sua alegada desvinculação absoluta ao grupo jihadista que datam, pelo menos, desde 2014, ano tal em que os turcos recusaram-se a participar da coalizão internacional anti-EI, negando-se, também, a fornecer suas bases aéreas, de natureza estratégica, para os aviões da coalizão que se engajariam em ações de bombardeio (FUJII, 2015, p. 24). Esta recusa levantou suspeitas na comunidade e opinião pública internacionais, uma vez que a Turquia é membro da OTAN e, teoricamente, deveria participar de atividades desta natureza. As dúvidas, portanto, começaram a apontar para a direção de que, apesar de declarar-se anti-EI, os turcos poderiam favorecê-lo na prática (Ibidem). Um ano depois, as contestações do papel incongruente turco frente ao Estado Islâmico foram intensificadas a partir das declarações de Vladimir Putin em abertura da cúpula do G-20, na qual o presidente

---

<sup>5</sup> Um exemplo destes financiamentos a governos sunitas deu-se ao longo da Guerra Irã-Iraque (1980-1988), na qual o governo sunita de Saddam Hussein recebeu massivas contribuições e auxílios financeiros da Arábia Saudita, que, por sua vez, alimentava a partir disto a esperança de derrubar a República Islâmica do Irã (FUJII, 2015, p. 08).

russo acusou 40 países, alguns membros do próprio G-20<sup>6</sup>, de estarem a financiar o EI, algo que era uma mensagem direta à Turquia (SANTOS, 2017, 190).

Assim sendo, começou-se a perceber que considerável parte dos suprimentos que chegavam às mãos do jihadistas vinham via Turquia, denotando, pelo menos, uma falta de fiscalização e um relaxamento duvidável das autoridades encarregadas turcas (COCKBURN, 2015). Ademais, sabe-se que a Turquia durante muito tempo também facilitou intensamente o fluxo de suprimentos em geral que iam em direção a jihadistas na Síria, entre eles o EI, que passava pelas suas fronteiras, que, por sua vez, permaneciam abertas para estas atividades (Ibidem). Além disto, contabiliza-se a subjetiva disposição turca de compra ao óleo cru ilegal vendido pelo EI na época em que o grupo detinha enormes reservas deste provindas da posse territórios sírios e iraquianos ricos em petróleo (SANTOS, 2017, p. 193; 217). O governo eventualmente negou quaisquer compras do petróleo provindo desta natureza, contudo, estudos apontam que todas as vezes em que o EI controlou uma província na Síria ou no Iraque, suas exportações de petróleo para o porto de Ceyhan, na Turquia, aumentaram (KIOURKTSOGLU; COUTROUBIS, 2016, p. 08).

Talvez podendo fortalecer ainda mais a retórica de que as autoridades turcas facilitavam a transição de materiais que favoreceriam o EI em suas fronteiras, a imprensa do país divulgou fotos, em 2015, que indicavam carregamentos de natureza duvidosa transitando pela fronteira turca, cuja suspeita apontava que contivessem armamentos destinados para rebeldes sírios ou para o próprio EI. Esta mesma mídia apontou que este suposto tráfico de armas acontecia via Turquia desde, pelo menos, janeiro de 2014, e que o trajeto se dava do Aeroporto de Ancara, onde as armas chegavam e eram recolhidas através caminhões que as levavam à Síria (SANTOS, 2017, p. 219). Os jornalistas foram processados e presos pelo governo turco, que, por sua vez, alegou que os carregamentos continham alimentos de finalidade de ajuda humanitária (Ibidem).

Sabe-se hoje que Ancara sempre foi a principal porta de entrada de estrangeiros ocidentais para unirem-se à jihad do EI no Oriente Médio e que a Turquia apenas aderiu à coalizão em 2015, depois de possibilitar muito tempo de contestações a seu respeito (FUJII, 2015, p. 25; SANTOS, 2017, p. 190). Cedendo à pressão internacional, os turcos deram maior atenção ao fluxo em suas fronteiras, cujo volume transitório diminuiu, e assinaram um acordo com os Estados Unidos que tinha o intuito de fornecer treinamento e armamento a combatentes de natureza moderada não-curdos (FUJII, 2015, p. 24-6).

Os motivos para todo este quadro dúbio da política turca frente ao EI nunca foram declarados de maneira clara, mas sabe-se do compromisso turco de derrubar o governo Assad na Síria, armando, para isso, rebeldes e jihadistas (SANTOS, 2017, p. 190), fato tal que pode se relacionar com as tentativas recentes dos turcos em se projetarem como uma democracia islâmica a ser exportada para o Oriente Médio, assim como sua

---

<sup>6</sup> Vale lembrar que a Arábia Saudita também é membro do G-20.

política externa atual que foca na região, buscando ter mais relevância nos países que a compõem (NASSER; ROBERTO, 2016). Há, noutras palavras, um intento hegemônico turco para o Oriente Médio. O outro grande motivo é relativo às rugas antigas que o governo turco possui com o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) e com a grande parcela curda de sua população, que ocupa, por exemplo, cerca de 30% do território turco (CIGERLI, 1999, p. 20-6) e que é sequeamente afiliada à uma possibilidade de separatismo (SANTOS, 2017, p. 190). Assim sendo, os turcos até hoje são receosos quanto a algumas ações anti-EI que possam vir a fortalecer os curdos da Síria ou Iraque, e que isto, por tabela, influencie os curdos turcos. Ademais, consideram o PKK uma organização terrorista e não vêem diferença entre ele e o EI (FUJII, 2015). A agenda turca ainda é extremamente focada em suprimir qualquer possibilidade de fortalecimento dos curdos, de maneira que isto sempre irá pesar em seu processo de decisão.

### **Os impactos dos esforços múltiplos anti-EI no grupo hoje e fórmulas para um combate continuado**

A realidade autoproclamada pelo EI em 2014 parece, hoje, cada vez mais distante e o grupo perdeu 95% do território que possuía ao florescer do Califado, mediante informações divulgadas pelo enviado norte-americano para a coalizão internacional anti-EI Brett McGurk (FRANCE PRESSE, 2017). Em novembro de 2017, tanto na Síria quanto Iraque, os últimos centros urbanos controlados pelo EI, Albu Kamal e Rawa, caíram frente às ofensivas dos exércitos nacionais, aliados aos esforços militares da coalizão internacional, de milícias privadas e dos curdos (no caso da Síria). Entretanto, os jihadistas ainda controlam reduzidos territórios nos dois países, fazendo com que as marchas militares continuem. No caso do Iraque, os militantes do EI abrigaram-se no deserto e ainda possuem uma quantidade de 4% territorial e, por isso, o exército continua em campanha para expulsá-los totalmente do país. Na Síria, a tática é semelhante e o EI ainda controla 25% da província de Deir Ezzor, da qual faz parte Albu Kamal, e possui alguns bolsões de resistência nas províncias de Hamas, Damasco e no sul sírio (FRANCE PRESSE, 2017). A importância, enfatizam as lideranças militares encarregadas das operações, é continuar a eliminar os possíveis “resíduos” deixados pelos jihadistas nas localidades, algo que significa pequenas zonas de influência (Ibidem).

Assim sendo, nota-se que a luta nestes países não acabou, mas está em vias de. O Califado respira sob aparelhos e não mais possui a grandeza de outrora, sendo já aceita, por muitos, a afirmativa de que o fim simbólico deste aconteceu quando a capital do EI, Raqqa, caiu diante das tropas sírio-curdas. Para estes, portanto, o Califado não mais existe, e militarmente o EI está derrotado (FRANCE PRESSE, 2017). Contudo, isto não quer dizer que é o fim do grupo.

Diante da derrocada do EI, as deserções tornaram-se cada vez mais frequentes, faceando um número muito menor de afiliações recentes, e segundo McGurk elas

“quase pararam”(FRANCE PRESSE, 2017). Diante deste quadro, muitos antigos filiados estão fazendo o trajeto de volta a seus países de origem, uma vez que se tem registro de pelo menos 40.000 estrangeiros que se juntaram ao grupo jihadista em seus períodos de ascensão. Segundo relatório divulgado pelo *The Soufan Center*, centro de estudos antiterroristas, pelo menos 5.600 ex-membros do EI já retornaram às suas pátrias natais, abarcando um conjunto de 33 nacionalidades (BBC, 2017). Este mesmo relatório especifica que existem quatro tipos destes repatriados: os que enxergam terem cumprido com seu papel e por isso estão voltando; os desiludidos com a experiência de modo geral; os capturados e deportados de volta para suas terras natais; e os que tiveram apenas uma pequena estadia com o EI e decidiram retornar (Ibidem).

Para o contexto europeu, este é um motivo de temor e preocupação redobrados, já que a Europa tem sido foco especial da ação terrorista: treinados ou não, estes ex-membros representam uma ameaça constante. Dentro deste desenho, portanto, a questão dos repatriados tem se tornado um problema a ser estudado e solucionado pelos países-natais, que ainda não foi abordado de maneira satisfatória, já que há sempre uma parcela destes ex-membros que conseguirá escapar e desaparecer da luz pública (BBC, 2017). Em países como o Reino Unido, por exemplo, onde pelo menos 425 repatriados foram fichados, esta discussão está em fervorosa e exemplifica bem suas dificuldades intrínsecas: daqueles identificados, a Justiça espera julgá-los e prendê-los, mas nem sempre é possível reunir provas suficientes que os incriminem ou que permitam atrelá-los a um perigo de segurança social. Portanto, deve-se pensar para além dos que se enquadram para julgamento direto, é necessário perceber o que fazer com este segundo grupo. As sugestões das autoridades britânicas, para estes casos, assumem cunho preventivo, como colocar tais pessoas sob vigilância (RFI, 2017). Esta discussão, contudo, abre espaço para uma possível radicalização destes “argumentos preventivos”, fato que deve ser bastante observado e mensurado pelas autoridades locais destes países. De toda maneira, instituiu-se um desafio a ser encarado e trabalhado com seriedade, e o caminho imediato deve ser de intenso compartilhamento de informação entre estes países e de investigações conjuntas e/ou localizadas.

É um erro acreditar que o fatalista fim do domínio territorial do EI representará um fim do grupo. Como se nota ao longo deste trabalho, além de uma frente jihadista, o EI é uma rede, espalhada por diversos países através de representantes locais. Com o fim do Califado, a tendência do grupo deve ser radicalizar ainda mais seu modo de ação no exterior, intensificando sua agenda terrorista, uma vez que sem a posse de terras o grupo precisa se manter relevante de alguma maneira. Os perigos que simbolizam o EI não diminuirão tanto quanto um fim do Califado possa parecer, sua rede é complexa, especializada e presente. As recentes ameaças a um ataque ao Vaticano no Natal de 2017 e um atentado a bomba quando refugiados fugiam do conflito na província síria de Deir Ezzor são dois exemplos claros disso: exagero da intimidação propagandística e intensificação da agenda terrorista. Mas para além disto, são exemplos claros de que o perigo não acabou. O EI demonstrou saber muito bem como se adaptar ao longo da história e a resistir em momentos de virtual desmantelamento, como no caso do Despertar Sunita e na Guerra da Síria. Por isso, é possível que passe a operar, no

Oriente Médio, através de células, tática antiga praticada pela al-Qaeda, à espreita de uma oportunidade de nova expansão. Por isso, é necessário que as cidades retomadas pelas forças militares regulares na Síria e no Iraque mantenham um esquema especial de segurança momentâneo até o ponto em que sejam estabelecidos sólidos mecanismos e estruturas de governo. Mas, além desta possibilidade, é necessário atentar-se ao fato de que, mesmo que o núcleo central do grupo seja destruído, os refratários da guerra podem sobreviver e fundar novas milícias e grupos jihadistas pelo Oriente Médio, que podem significar novas ameaças futuras, alimentados pelo ressentimento da destruição do EI.

Assim sendo, mesmo que se atente à estas questões, o ideário jihadista salafista do EI agora é uma ideia dissipada pelo mundo, quer queira ou não, e sua ideologia vai sempre poder ser adotada por simpatizantes futuros. Permanece, portanto, a importância dos ocidentais não repetirem os erros passados no Oriente Médio, em especial os norte-americanos, pois isto pode gerar novos ressentimentos e revoltas sociais que são muito bem aproveitados por fundamentalistas e jihadistas, como bem fez o EI no contexto da Guerra do Iraque.

Agora, deve-se travar uma outra guerra contra o EI, uma guerra cibernética, caçando e bloqueando as mensagens que o grupo dissipa virtualmente. Deve ser um compromisso assumido das inteligências mundiais esta batalha, pois, como acima dito, o terror virtual tende a ganhar ainda mais importância dentro do grupo. Este é um desafio grande natural de um mundo globalizado e de um grupo que entendeu tal mundo e reivindicou um papel dentro dele. Minar o EI por todos os lados é a única tática que deve ser adotada, brechas não podem ser deixadas para que se possa por elas se esquivar. Mas além disso, políticas de controle de fronteiras, controle de entradas dos repatriados e de possíveis jihadistas com potencial terrorista devem atingir o máximo de sua atenção, sem descambar, contudo, para radicalismos. Os serviços de inteligência e segurança devem atuar em conjunto e com eficiência para minar este possível ponto de escoamento diante do possível aumento do terrorismo internacional. Mas não só isto, não se pode virar os olhos para os chamados “lobos solitários”, que provaram que podem alcançar estragos significativos à vida humana sem recursos vastos ou planos bem-elaborados para ações terroristas, inspirados nas ordens de al-Baghdadi de que a jihad não é só na Síria e no Iraque (TOMÉ, 2015, p.140). O EI conseguiu alargar as fronteiras do terrorismo internacional como ninguém, e hoje em dia sua mensagem destrutiva é suficiente para um atentado. Todavia, se é de atentados terroristas que estamos a falar, a comunidade internacional não pode mais virar os olhos para a extensão brutal do terrorismo no Oriente Médio e na África, locais de maior foco deste tipo de ação. Segundo o projeto Global Terrorism Database, da Universidade de Maryland, 55% (19.121) de todas as vítimas mortas por atentados terroristas no globo morreram em ataques perpetrados no Oriente Médio e na África. Apenas o Iraque, por exemplo, foi o alvo de nove dos onze ataques mais mortais do ano de 2016, sendo os xiitas um alvo especial (MORTIMER, 2017).

Pode parecer que os ocidentais são os principais focos dos ataques, mas os números desmentem esta assertiva. A agenda assassina do EI direcionada aos xiitas

e minorias, iniciada desde seu patrono al-Zarqawi, nunca cessou e este é um fato que nunca foi realmente tratado com seriedade pela comunidade internacional. Os países engajados nesta luta devem se atentar aos grupos minoritários que os ajudaram nela, e que, evidentemente, findo o conflito, demandarão um *status quo* diferente daquele que possuíam antes dele. Um exemplo disso são os curdos sírios e iraquianos, que aproveitaram o conflito para avançar sua pauta autonomista e pró-independentista, de modo que instiga-los a voltar a um contexto pré-EI é bastante improvável e a solução não pode ser diante da força, como foi escolhido pelo governo do Iraque diante dos curdos do norte seu país. Um diálogo coerente deve ser estabelecido e algum tipo de reconhecimento deve ser dados a estes grupos, caso contrário, pode-se criar um ressentimento extremamente perigoso para um futuro da região (os curdos iraquianos, por exemplo, sentem-se abandonados pelos EUA depois de tudo que fizeram na luta contra o EI (SOLOMON, 2017).

A prática das *proxy wars* (“guerras de procuração”) deve ser abandonada, ou, ao menos, repensada e reavaliada com mais seriedade. Em um mundo atual em que os países ocidentais decidem não se engajar diretamente em eventos belicosos em regiões taxadas “como não lhe dizendo respeito”, temendo ecos negativos da opinião pública nacional e internacional, mas que ao mesmo tempo, para proteger seus interesses localizados, armam, financiam e colaboram estrategicamente com grupos supostamente simpatizantes de sua causa, cria-se espaço para um possível seríssimo problema de segurança futuro, e que muitas vezes se volta justamente para estes países<sup>7</sup>. Não é plenamente absoluto saber qual a real inclinação destes grupos e sempre é perigoso dispor-lhes de materiais que estes jamais conseguiriam sozinhos. O EI é um exemplo de grupo se fartou com os efeitos colaterais das *proxy wars*, como bem mostra Cockburn (2015), recebendo armamentos providos da inteligência dos Estados Unidos por meio de grupelhos cuja inclinação os norte-americanos financiavam por parecerem “moderados” ou por confiscação nos frontes e fronteiras. Nesta guerra de procuração que beneficiou o EI, os EUA e a Arábia Saudita, como vimos, são os mecenas mais destacados.

Mas o problema, e isto Cockburn também relembra, é que a linha de “moderação” é extremamente relativa, e particularmente ainda mais tênue no Oriente Médio. Não precisamos navegar muito longe na história para lembrarmos que muito da tecnologia avançada que a al-Qaeda chegou a possuir veio dos norte-americanos, quando o grupo recebeu financiamento ianque durante a invasão soviética no Afeganistão (KENEDY-PIPE, 2012). Naquele momento, podia parecer perfeitamente

---

<sup>7</sup>Proxy war entendida como: “Um fenômeno cada vez mais comum, e que consiste em Estados soberanos patrocinando entidades não-estatais para participar de guerras em seu lugar. Em algumas ocasiões, essas organizações armadas conseguem alcançar a independência econômica e criam as suas próprias infraestruturas nacionais, dando origem a Estados-fantasma” (LEITE; FARIA; PACÍFICO; PACHECO, 2017, p. 70).

plausível que os guerrilheiros antissoviéticos do MAK<sup>8</sup> (antiga denominação da al-Qaeda) eram aliados valorosos, mas alianças não querem dizer amizades e, destarte, os EUA engordaram a quimera que depois se voltou contra eles. Diante do conflito atual contra o EI, muitos grupos e grupelhos foram novamente alimentados pela logística e tecnologia ocidentais e isto pode resultar em problemas futuros, caso algum destes resolva se radicalizar ou mostrar sua inclinação real (COCKBURN, 2015). Por isso, esta prática demanda extremo cuidado e muito mais precaução do que vem sendo adotado e, por isso, é melhor simplesmente não intervir indiretamente no Oriente Médio (ou seja, não propagar a proxy war) do que criar sérios problemas de segurança para o futuro. Contudo, dada a extrema ocorrência deste tipo de prática ao redor do mundo, sabe-se que isto não será feito.

### Considerações Finais

O Estado Islâmico é fruto de uma sucessão de erros cometidos por diversas partes. Alguns, todavia, foram mais decisivos e impactantes que outros, contudo, apenas uma conjunção destes fatores, sucedendo-se sequentemente, possibilitou ao EI tornar-se o perigo que é hoje. Três destes motivos explicados ao longo deste trabalho se destacam especialmente: a invasão norte-americana ao Iraque, e seu conseqüente conflito; a Guerra na Síria; e a prática sucessiva e frequente de proxy wars. Os dois primeiros episódios foram importantíssimos para o processo de crescimento do grupo, uma vez que proporcionaram vácuos de poder interessantíssimos para o EI, de maneira que este soube se aproveitar destes contextos instáveis para se fortalecer, uma vez que, antes de tudo, é ele uma entidade adaptativa por excelência. Já o terceiro teve um peso brutal para o desempenho abismal de expansão que o grupo teve em seu período áureo, uma vez que possibilitou seu acesso a armamentos sofisticados -os quais jamais conseguiriam sozinhos- e permitiu um patrocínio massivo à jihad quando o grupo não possuía condições de se sustentar sozinho. Assim sendo, a proclamação de um Califado e a existência deste dependeu diretamente da ideologia de proxy wars propagada pelos EUA e Arábia Saudita.

Contudo, a expansão recorde do grupo não teria sido tão fácil se os exércitos sírio e iraquiano estivessem melhor preparados para isso. No caso iraquiano, o despreparo, o subequipamento, a corrupção massiva, e as deserções em massa foram um quadro dos sonhos para a caminhada do EI sobre o norte iraquiano (COCKBURN, 2015). Capturados grandes poços de petróleo no Iraque, o grupo não mais ficou dependente de financiamentos e pôde voltar seu terror para os antigos patrocinadores diretos e indiretos; ou seja, a comum consequência do patrocínio à muitas entidades endossadas pelas guerras de procuração.

---

<sup>8</sup> *Maktab al-Khidamat*, também conhecido como *Maktab Khadamāt al-Mujāhidīn al-ʿArab*.

O EI é fruto de fatores excepcionais que, ao acontecerem ao mesmo tempo, possibilitaram a eclosão de uma entidade estranha e que talvez não teria existido se a arrastada conjunção de erros e irresponsabilidades estatais não a tivessem alimentado. Desta forma, se algum dia o núcleo central e a organização característica forem destruídos poder-se-á, apressadamente, comentar que será o “fim do EI” (ignorando, claro, o fator rede do grupo), mas o perigo do jihadismo nacional e internacional, e de seu conseqüente terrorismo, não estará acabado. Isto só começará a ser possível assim que o intervencionismo direto e indireto do Ocidente ao Oriente Médio cessar, mas também o dos próprios países-potência da região em conflitos localizados. Propagar ideias destrutivas e fornecer terreno frutífero ao ódio são realidades que nenhuma bomba pode erradicar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSAR, R. A. S. A. A Irmandade Muçulmana: Nação sob Cosmo Islâmico. 2013. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
- BBC. IS foreign fighters: 5,600 have returned home – report. BBC, 24 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-41734069>. Acesso: 19/11/2017
- BOWEN, Stuart W. Learning From Iraq: A Final Report from the U.S. Special Inspector General For Iraq Reconstruction, 2013
- BUNZEL, C. “Understanding the Islamic State (of Iraq and al-Sham)”. NOREF Expert Analysis, Julho de 2014.
- CALFAT, Natalia Nahas. O Estado Islâmico do Iraque e do Levante: Fundamentos Políticos À Violência Política. Rev. Conj. Aust.; Porto Alegre, v.6, n.31, p.6-20. Ago./set. 2015.
- CIGERLI, Sabri. Les Kurdes et leur Histoire, Paris, l’Harmattan, 1999, p. 20-26
- COCKBURN, Patrick. A Origem do Estado Islâmico: o fracasso da guerra ao terror e a ascensão jihadista. Tradução: Antônio Martins, Autonomia Literária. São Paulo, 2015
- DAI, Yamao. Transformation of the Islamic Da’wa Party in Iraq: From the Revolutionary Period to the Diaspora Era. Asian and African Area Studies, 7 (2): 238-267. Kyoto University, 2008
- DAMIN, Cláudio Júnior. Surgimento e trajetória do Estado Islâmico. Meridiano 47 (UnB), v. 16, p. 26-33, 2015.
- DANAHAR, Paul. The New Middle East: The World After Arab Spring. Bloomsbury, Nova York, 2013
- FAYAD, Ma’ad. ‘ISIS in control of 60 percent of Syrian oil: Sources’ ASHARQ AL-AWSAT, 11 de julho 2014. Acessado em 23/11/2017. Disponível em: <http://www.aawsat.net/2014/07/article55334174/isis-in-control-of-60-percent-of-syrian-oil-sources>
- FITZGERALD, David; RYAN, David. Obama, US Foreign Policy and the Dilemmas of Intervention. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2014.
- FRANCE PRESSE. Estado Islâmico perdeu 95% das regiões conquistadas em 2014. FRANCE PRESSE. 16 de novembro de 2017. <https://br.noticias.yahoo.com/estado-islamico-perdeu-95-das-regioes-conquistadas-2014-144053873.html>. Acesso: 19/11/2017
- FRANCE PRESSE. Exército conquista última cidade nas mãos do Estado Islâmico na Síria. FRANCE PRESSE, Beirute, 19 de novembro de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/exercito-conquista-ultima-cidade-nas-maos-do-estado-islamico-na-siria-22086423#ixzz4yu7uXpvJ> . Acesso: 19/11/2017.
- FRANCE PRESSE. Estado Islâmico perde seu último reduto urbano no Iraque. FRANCE PRESSE, 17 de novembro de 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/estado-islamico-perde-seu-ultimo-reduto-urbano-no-iraque/>. Acesso: 19/11/2017

- FUJII, William. O Estado Islâmico e o Xadrez Geopolítico dos Conflitos na Síria e no Iraque. III Semana de Ciência Política Universidade Federal de São Carlos, 27 a 29 de abril de 2015.
- HALL, Benjamin. Inside ISIS: The brutal rise of a terrorist army, Nova Iorque: Center Street, 2015.
- HAFEZ, Muhammed M. "Tactics, Takfir, and anti-Muslim Violence" in A. Moghadam e B. Fishman, Self-Inflicted Wounds: Debates and Divisions Within al-Qa'ida and its Periphery. NY: Combatting Terrorism Center at West Point, 2010: 19-22.
- KENEDY-PIPE, Caroline. American Foreign Policy After 9/11. In.: COX, Michel; STOKES, Doug. US Foreign Policy. Oxford University Press, Oxford, 2012.
- KIOURKTSOGLU, George; COUTROUBIS, Alec. Isis export gateway to global crude oil markets. Disponível em: <http://www.marsecreview.com/wp-content/uploads/2015/03/PAPER-on-CRUDE-OIL-and-ISIS.pdf>.
- LEITE, Alexandre Cesar Cunha; FARIA, Igor Henriques Sabino de; PACÍFICO, Andrea Maria Calazans Pacheco; PACHECO, Cristina Carvalho. A política externa dos EUA para o Oriente Médio (2003-2011) e o surgimento do Estado Islâmico no Iraque e Síria (ISIS). Revista Debates, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 55-76, mai.-ago. 2017
- MOGHADAM, Assaf. The globalization of martyrdom: Al-Qaeda, Salafi Jihad and the diffusion of suicide attacks, Baltimore: John Hopkins University Press, 2011.
- MORTIMER, Caroline. Global Terrorism: Less than 1% of victims killed in Western Europe. INDEPENDENT, 24 de ago. 2017. Acesso em: 20/11/2017. <http://www.independent.co.uk/news/world/global-terrorism-victims-western-europe-victims-less-1-per-cent-islamist-domestic-a7910981.html>
- NAPOLEONI, Loretta. A Fênix Islamista: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio. Tradução: Milton Chaves de Almeida – 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- NASSER, Reginaldo; ROBERTO, Willian Moraes. A Política Externa Turca no Pós-2011: das revoltas árabes à ascensão do Estado Islâmico. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 11, n. 2, 2016, p. 5-27.
- NUNES, André Figueiredo. Estado Islâmico: Restauração do califado e instabilidade no Oriente Médio. Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, v.4, n.7, jan-junho 2015
- PINTO, Maria do Céu Ferreira. O Fundamentalismo Islâmico. Nação e Defesa, 1996.
- RFI. Europeus que se uniram ao Estado Islâmico na Síria querem voltar para casa. RFI., 31 de outubro de 2017; Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/europeus-que-se-uniram-ao-estado-islamico-na-siria-querem-voltar-para-casa.ghtml>. Acesso: 19/11/2017.
- SANTOS, Waldeir Eustáquio dos. Estado Islâmico no Oriente Médio: análises históricas, contemporâneas e o caso da Turquia. Conflitos do século 21; orgs. Rodrigo Corrêa Teixeira; Leonardo César Souza Ramos. 1ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017.

SOLOMON, Ariel Ben. Iraqi Kurds feel 'abandoned' by the US as Israel offers support. JEWISH NEWS SERVICE, October 24, 2017. [http://www.jns.org/latest-articles/2017/10/24/iraqi-kurds-feel-abandoned-by-the-us-as-israel-offers-support#.We\\_iPVdOLzI=](http://www.jns.org/latest-articles/2017/10/24/iraqi-kurds-feel-abandoned-by-the-us-as-israel-offers-support#.We_iPVdOLzI=). Acesso: 20/11/2017

TOMÉ, Luís. "Estado Islâmico": percurso e alcance um ano depois da auto-proclamação do Califado". JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 6, N.º 1, Maio-Outubro 2015.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. O Grande Oriente Médio: da descolonização à Primavera Árabe. Elsevier Editora, Rio de Janeiro, 2014.

WEISS, M; HASSAN, H. Estado Islâmico: desvendando o exercito do terror. São Paulo: Seoman, 2015

Recebido em janeiro de 2017.

Aprovado em abril de 2017.